



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

EWERTON DOUGLAS DA SILVA MARTIN

**EDUCAÇÃO SEXUAL E LACUNAS LEGISLATIVAS: A LEI DE DIRETRIZES E
BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DE TRABALHOS
ACADÊMICOS EM PERNAMBUCO**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

NOME DO CURSO

EWERTON DOUGLAS DA SILVA MARTIN

EDUCAÇÃO SEXUAL E AS LACUNAS LEGISLATIVAS: A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCALÇÃO NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DE TRABALHOS ACADÊMICOS EM PERNAMBUCO

TCC apresentado ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de graduado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Rosely Tavares de Souza

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Martin, Ewerton Douglas da Silva.

Educação sexual e as lacunas legislativas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob a perspectiva de trabalhos acadêmicos em Pernambuco / Ewerton Douglas da Silva Martin. - Vitória de Santo Antão, 2025.

31 : il.

Orientador(a): Rosely Tavares de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Ciências Biológicas - Licenciatura, 2025.

1. Educação Sexual. 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. Políticas Públicas Educacionais. I. Souza, Rosely Tavares de. (Orientação). II. Título.

500 CDD (22.ed.)

EWERTON DOUGLAS DA SILVA MARTIN

EDUCAÇÃO SEXUAL E LACUNAS LEGISLATIVAS: A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DE TRABALHOS ACADÊMICOS EM PERNAMBUCO

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 14/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Rosely Tavares de Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ricardo Ferreira das Neves (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Ma. Crislaine Ferreira da Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico esse trabalho à minha família, pois sempre esteve me dando força durante essa trajetória e me incentivando a buscar sucesso nos meus objetivos de vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer imensamente à minha família, que esteve presente me apoiando e me dando forças para conseguir seguir em frente, durante essa jornada longa e diante de tantas dificuldades enfrentadas por todo esse processo. De agradecer a toda paciência e momentos essenciais de aprendizagem que minha orientadora (Rosely Tavares de Souza) me forneceu durante esses anos. sem sua presença nessa jornada, eu não teria chegado à finalização deste trabalho. Por fim, mas não menos importante, agradecimentos aos amigos significativos que me deram forças e motivações para me manter sempre otimista e, enfim, finalizar a graduação.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”
(Freire, 1996, p. 25).

RESUMO

A educação sexual é um tema que necessita ter importância no processo de ensino-aprendizagem do corpo humano dos estudantes, principalmente em ciências e em biologia. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, necessita estabelecer recomendações explícitas e necessárias na implementação da educação sexual no Brasil, para que desta forma o tema seja adequadamente abordado no cenário das escolas brasileiras. Este trabalho teve como objetivo analisar as políticas educacionais para a educação sexual a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, através de trabalhos de conclusão de curso apenas no repositório da UFPE (ATTENA). Por meio de uma metodologia qualitativa, foi possível examinar quatro TCCs (2021-2023), disponíveis no Repositório ATTENA, de graduados pela UFPE dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e Serviço Social, com a intenção de investigar como temáticas relacionadas ao tema educação sexual tem sido discutidas. Os resultados demonstram consenso entre os autores dos TCCs: a LDBEN, ao não estabelecer diretrizes objetivas sobre educação sexual, gera inconsistências práticas. Os trabalhos analisados também criticam a dependência de documentos complementares (como a BNCC) para suprir lacunas da lei, o que fragiliza a efetividade pedagógica. As discussões reforçam que a falta de amparo normativo expõe estudantes a uma aprendizagem insatisfatória. Conclui-se que a LDBEN falha em garantir uma educação sexual integral, comprometendo a formação dos estudantes, assim, a inclusão de dispositivos legais explícitos, a integração curricular transversal do tema e investimentos em capacitação docente e materiais pedagógicos são instrumentos necessários para a efetividade de uma educação sexual emancipatória.

Palavras-chave: educação sexual; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

Sex education is a topic that must be given importance in the teaching and learning process of the human body, especially in Science and Biology. However, the *Law of Guidelines and Bases of National Education* (LDBEN), no. 9,394/96, still needs to establish explicit and necessary recommendations for the implementation of sex education in Brazil, so that the subject can be properly addressed in Brazilian schools. This study aimed to analyze educational policies regarding sex education based on the LDBEN, through undergraduate thesis works available exclusively in UFPE's repository (ATTENA). Using a qualitative methodology, it was possible to examine four undergraduate theses (2021–2023), published in the ATTENA Repository by graduates in Biological Sciences, Physical Education, and Social Work, in order to investigate how issues related to sex education have been discussed. The results show a consensus among the authors: the LDBEN, by not establishing objective guidelines on sex education, creates practical inconsistencies. The analyzed works also criticize the reliance on complementary documents (such as the BNCC) to fill legal gaps, which weakens pedagogical effectiveness. The discussions reinforce that the lack of normative support exposes students to unsatisfactory learning. It is concluded that the LDBEN fails to ensure comprehensive sex education, thereby compromising students' education. Thus, the inclusion of explicit legal provisions, the transversal curricular integration of the theme, and investments in teacher training and pedagogical materials are necessary instruments for the effectiveness of an emancipatory sex education.

Keywords: sex education; Law of Guidelines and Bases of National Education; educational public policies.

LISTA DE ABREVIACÕES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Ministério da Saúde
PNE	Programa Nacional da Educação
PSE	Programa Saúde na Escola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Políticas públicas voltadas para a educação.....	14
2.2 Educação sexual ao longo do tempo no cenário brasileiro	15
2.3 Desafios quanto à implementação da educação sexual	17
3 OBJETIVOS.....	20
3.1 Objetivo Geral.....	20
3.2 Objetivos Específicos	20
4 METODOLOGIA	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A intenção do trabalho, cujo tema aborda a educação sexual e lacunas legislativas, através de perspectivas de trabalhos de conclusão de curso produzidos por autores graduados na UFPE em relação a LDBEN, faz-se de extrema importância, levando em consideração que a LDBEN discorre sobre o tema, porém, de forma sutil. Discutir sobre a educação sexual, no Brasil, ainda é um tabu: questões morais e religiosas dificultam sua efetividade principalmente em aulas de ciências, no ensino fundamental, assim como em outro curso, como a educação física.

A pergunta norteadora deste trabalho baseou-se em: como a LDBEN trata, ou deixa de tratar, a educação sexual e quais são as implicações dessa omissão segundo TCCs localizados no repositório da UFPE? Essa pesquisa não busca apenas investigar apenas a ausência da regulamentação clara, mas também os efeitos práticos dessa omissão no ambiente escolar.

A reflexão sobre a presença da abordagem da educação sexual no ensino básico me fez perceber que, ao longo dos anos, esse tema ainda enfrenta resistências quanto à sua inserção nas práticas escolares. O interesse por essa discussão surgiu da minha inquietação diante de lacunas legislativas que não oferecem o devido respaldo sobre o tema, gerando uma preocupação, especialmente a mim, enquanto futuro profissional da área da educação, especificamente da área de Ciências Biológicas, compreendendo que a escola tem um papel essencial na formação de sujeitos conscientes sobre seu corpo, saúde e relações afetivas.

A partir da disciplina obrigatória Políticas Educacionais, do Curso de Ciências Biológicas, pude perceber a importância que, quando bem estudadas, embasadas e estruturadas, as políticas educacionais podem desempenhar papéis importantes para o graduado em Ciências Biológicas, principalmente, quando se trata de sua atuação em sala de aula. A educação sexual, que também foi discutida nessa disciplina, não apenas despertou meu interesse pelo tema, mas me fez perceber que as políticas educacionais voltadas para educação sexual podem promover uma formação emancipatória de jovens e adultos no ensino básico.

Apesar de seus avanços e retrocessos, o Ministério da Saúde (MS), no segundo semestre de 2023, divulgou que a educação sexual voltará a fazer parte do ensino básico do país. Esse acontecimento demonstra a preocupação e notória necessidade de se trabalhar isso nas escolas. O Governo Federal enfatiza o investimento de recursos para a retomada do programa Saúde nas Escolas (PSE). O programa abrange diversas áreas e objetivos, que incluem: Educação Sexual - O PSE também pode incluir informações sobre educação sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência (Cavalcanti *et al.*, 2015).

Sabe-se que a geração atual apresenta uma quantidade relevante de crianças e adolescentes com acesso a conteúdo na internet e suas tecnologias, ou seja, qualquer que sejam as dúvidas despertadas relacionadas ao corpo humano e questões que surjam no processo de entendimento dele, como orientação sexual e sexualidade, podem facilmente ser respondidas. Contudo, precisa-se ter respaldo quanto a essa ação, pois a internet é um ambiente com múltiplas informações e, em certas situações, os usuários muito jovens poderão ter contato com questões que muitas vezes são sensíveis. Costa (2002) reforça o pensamento do cuidado que se deve ter nos inúmeros ambientes da informação que circunda o sujeito, denominado como interfaces, e sobre a importância de saber utilizar os diversos aparelhos de comunicação na obtenção de informações que possam surgir no indivíduo.

No cenário brasileiro, debater sobre incluir a educação sexual nas escolas ganhou força quando a sociedade percebeu a importância de discutir questões relacionadas à sexualidade e sobre a importância de sua presença durante o desenvolvimento do corpo do adolescente, em diferentes modalidades escolares. Embora não esteja explicitamente presente na legislação, de acordo com a LDBEN, “a educação [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 9). No seu conteúdo, é estabelecida a obrigação de inserção da educação sexual nos programas de estudo, como componente que integra o processo formativo dos estudantes (BRASIL, 1996). Entretanto, é importante ressaltar que a abordagem da educação sexual em diferentes instituições de ensino pode sofrer variações, de acordo com as determinações do planejamento escolar das escolas estaduais e municipais, apesar das determinações da BNCC e da LDBEN, em relação ao tema.

Este estudo propõe-se a explorar as complexidades e consequências das políticas educacionais de instrução no contexto da educação sexual no Brasil. Haverá uma análise de como esse tópico tem sido abordado ao longo do tempo, considerando os progressos, obstáculos e visões prospectivas em uma atmosfera social e educacional, através de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) apenas no Repositório da UFPE (ATTENA), de graduados no curso de Ciências Biológicas, Educação Física e Serviço Social.

Ademais, apesar de seus desafios, as políticas educacionais vão além de meras orientações curriculares: refletem valores, aspirações e prioridades de uma nação. No contexto brasileiro, o diálogo em torno da inserção da educação sexual no currículo escolar tem gerado discussões intrincadas e, frequentemente, polarizadas. Por um lado, existem defensores argumentando que a educação sexual é crucial para capacitar os jovens com informações necessárias para tomadas de decisões saudáveis e conscientes. Por outro lado, surgem apreensões relacionadas à idade apropriada para tratar desses assuntos e à possibilidade de contraposição com valores familiares e religiosos.

[...] é um assunto sobre o qual todo ser humano, desde criança, é interpelado a refletir e a se posicionar subjetivamente, seja pela vivência das mudanças de seu próprio corpo, seja pela autoconstrução da sua identidade sexual. Ao mesmo tempo, a sexualidade se configura em um objeto sociocultural e interpessoal, por ser historicamente um domínio deformado, fantasiado ou anulado, no qual convergem discursos paralelos e fraturas entre o campo da ciência, da religião e da moral (Garbarino, 2021, p. 13).

Desta forma, através de uma metodologia bem estruturada e que atenda ao principal objetivo do trabalho, esta pesquisa visa contribuir para uma discussão embasada e informada sobre como a execução de políticas educacionais voltadas à educação sexual tem sido ao longo dos últimos anos. E, através dos dados do estudo em pauta, é possível compreender se a abordagem dos temas relacionados à educação sexual tem sido respeitosa e eficiente no contexto da educação básica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Políticas públicas voltadas para a educação

As políticas públicas representam e designam papéis fundamentais como alicerce sobre quais rumos as sociedades modernas moldarão e construirão seu destino diante inúmeros desafios. São a partir delas que o Estado busca estabelecer soluções de problemas, promoção de desenvolvimento coletivo adequado e garantir a eficácia das ações governamentais. Suas ações abrangem diversas áreas importantes, que podem ser desde a saúde e educação até segurança e desenvolvimento econômico, desempenhando papéis de extrema importância para a vida de seus cidadãos. Conforme o estudo de Mastrodi e Ifanger (2019, p. 15):

Há várias definições possíveis sobre políticas públicas, mas entendemos que estas somente podem ser bem compreendidas se avaliadas a partir de sua função. Nesse sentido, as políticas públicas servem ao propósito de materializar os objetivos do Estado, insculpidos em sua legislação interna ou nos tratados e convenções do qual é signatário, e não de promover direitos sociais. Tanto que Estados de tradição liberal, ainda que descomprometidos com a promoção de direitos, realizam políticas públicas. Para além disso, políticas públicas visam a realizar um objetivo traçado, voltado ao desenvolvimento social ou ao crescimento econômico, previsto na lei de sua criação e cujo custo está autorizado por lei orçamentária. A política pública, por melhor que seja, não é eterna.

Assim, as políticas públicas podem deixar de existir e cumprir suas funções, quando ela não está sendo efetiva. Ou pode ser alterada, para atender novas demandas ou necessidades.

Políticas educacionais são motivos de debate e sofrem intensas negociações entre Estado e sociedade desde muitas décadas atrás. No Brasil, elas representam um pilar de grande importância no que tange à construção de uma sociedade que promova igualdade. O Brasil testemunha um grande leque de transformações na área educacional, que não só reflete os avanços na teoria pedagógica, mas também a evolução das demandas sociais e culturais. A história das políticas públicas educacionais no Brasil é um reflexo do compromisso constante com a melhoria da qualidade do ensino, da busca pela universalização do acesso à educação e da promoção da equidade no sistema educacional. De debates sobre a educação infantil à expansão do ensino superior, o país enfrentou

desafios significativos ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que desenvolveu estratégias para superá-los.

Assim, fica claro que as políticas públicas educacionais é tudo o que é feito ou não pelo governo na educação. É importante destacar, também, que as Políticas Públicas Educacionais, não estão relacionadas apenas com o acesso em massa das crianças e adolescentes nas escolas públicas, mas também com a construção e o desenvolvimento da sociedade que origina-se em decorrência desta educação. Logo, as Políticas Públicas Educacionais influenciam de maneira significativa a vida de cada indivíduo (Maués *et al.*, 2020, p. 3).

Não podemos falar de políticas educacionais e não fazer relações com o processo histórico que evidencia toda a luta para a garantia efetiva do direito à educação dos povos brasileiros, principalmente de temas mais sensíveis como educação sexual, sem mencionar os projetos de lei que tentaram e tentam a efetivação de suas funções.

Ainda nesse contexto, como está devidamente explícito no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 205). “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”.

2.2 Educação sexual ao longo do tempo no cenário brasileiro

A educação sexual é um direito dos estudantes e todo cidadão brasileiro, pois contribui para conhecer de forma abrangente questões relacionadas ao corpo, como a reprodução humana, prevenção contra ISTs e gravidez indesejada, principalmente em adolescentes. Nascimento (2024) destaca que a educação sexual, entendida como tema transversal, deve ser abordada sob a perspectiva da educação inclusiva, garantindo acesso equitativo à informação e à formação sobre sexualidade para todos os estudantes.

Na década de 1960, o país passou por transformações em várias esferas sociais, incluindo a educação, na qual há a presença da influência de movimentos sociais, como o feminismo e o movimento pelos direitos civis, que desempenharam um papel significativo na promoção da educação sexual. Eles destacaram a importância de discutir questões de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos.

Nos anos 1960, portanto, podemos considerar que já existe uma mentalidade favorável à educação sexual emergido no período entre guerras e forjado pelos pioneiros sexólogos, que possibilitou as primeiras experiências efetivas de educação sexual nas escolas brasileiras. (Bedin, 2016, p. 31).

Antes de chegar a outro marco importante, da década de 1960, por razões religiosas defendidas pela Igreja, as vinculações sobre a questão da sexualidade eram tidas como algo pecaminoso e que ela deveria ser apenas ligada à reprodução.

A discussão sobre educação sexual deve ser compreendida através de como se deu sua tentativa de efetividade e como tem sido compreendida ao longo dos anos. A partir do século XX (por volta dos anos 90), a educação sexual torna-se um tema de bastante discussão, a qual, apesar de ainda mais delicada do que nos dias de hoje, já se fazia parte dos estudos de pesquisadores/pensadores daquele momento histórico.

[...] no início dos anos 90, a educação brasileira tomou para si a concepção dos temas transversais e instituiu a educação sexual como um dos temas a serem trabalhados nos PCNs. O fascículo sobre o Tema Transversal *Orientação Sexual*, publicado em 1997, consolidou definitivamente a escolarização de uma educação do sexo. (Cesar, 2009, p. 42).

Foi durante esse período em que a sociedade brasileira percebe a importância da educação sexual como forma de fornecer informações abrangentes e relevantes sobre saúde e educação (Cesar, 2009). No Brasil, a educação sexual passou por certos marcos, que, ao decorrer dos anos, torna-se possível compreender como esse tema foi colocado em pauta no cenário brasileiro e perceber os desafios de sua efetividade (Bueno; Ribeiro, 2018).

Além disso, temos a importância do marco da década de 1990, com a introdução da sexualidade no currículo educacional brasileiro. Destaca-se também a importância de um documento, que se chama Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC), elaborado pelo Governo, com a intenção de propor soluções para diversos problemas educacionais encontrados no Brasil. Entre eles, soluções para problemas relacionados à educação sexual e a questões de gênero.

[...] sendo proposta como um tema transversal para ser trabalhado por meio da “Orientação Sexual”, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais constituem-se como uma política curricular do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo um instrumento norteador

das práticas docentes para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (Fiorine, 2020, p. 14).

Desta forma, a década de 1990 foi um período de transição, marcada pela tentativa de incorporar a educação sexual nos sistemas de ensino e pela conscientização crescente sobre a importância de promover temáticas relacionadas à educação sexual em diversos ambientes, especialmente no escolar. Vale salientar que, assim como nas décadas anteriores, os desafios e sucessos ajudaram a moldar o desenvolvimento da educação sexual no Brasil, e, aos poucos, esse debate tem sido introduzido nas escolas brasileiras.

2.3 Desafios quanto à implementação da educação sexual

Além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, há outro documento importante dessa década que foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que atua definindo os princípios e as diretrizes da educação brasileira, estabelecendo as normas para a organização dos sistemas de ensino, os níveis e modalidades de educação, além de abordar questões relacionadas ao currículo escolar e outros aspectos da educação.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a orientação sexual obteve reconhecimento oficial quanto à sua necessidade e importância (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 56).

Atualmente, a educação sexual faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atualizada em 2017. Esse documento atua estabelecendo os conhecimentos, habilidades e competências mínimas que todos os alunos do Brasil devem adquirir em sua formação. Além da BNCC, a educação sexual também é contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014. O PNE contempla diversas metas relacionadas à educação sexual, como promover práticas sexuais saudáveis, reduzir infecções sexualmente transmissíveis (IST) e prevenir gravidez indesejada entre adolescentes. O PNE também visa promover a igualdade de gênero e combater todas as formas de violência e discriminação relacionadas a gênero e sexualidade.

Precisa-se necessariamente compreender o que é educação sexual e entender melhor a sua importância. Entende-se educação sexual como um instrumento de conhecimento que os jovens têm como direito para conhecer seu corpo e ter a sexualidade como visão positiva, quebrando barreiras e tabus que, ao longo do tempo, formaram-se a partir de um viés político conservador. Gonçalves *et al.* (2013) compreendem que a educação sexual serve como mecanismo de proporcionar aos jovens a exposição de dúvidas em relação à sexualidade que eles tenham, e compreendê-las, de modo que questões como estereótipos e preconceitos sejam superados.

A internet é um local no qual a comunicação entre os usuários é instantânea, porém a troca de informações entre eles, em muitas situações, pode não ser tão segura quanto deveria ser. Adolescente, Com a presença ou com a ausência da discussão sobre educação sexual, seja na escola ou em qualquer outro local, os adolescentes fazem sexo. Por motivos biológicos e sociais, eles iniciam a exploração de seus próprios corpos para resolver curiosidades que a puberdade lhes traz. Porém, sem a educação sexual adequada e discussões efetivas sobre este tema, pode ser que recorram a buscar informações em locais cujas fontes são duvidosas, não apenas colocando sua saúde em risco, como podem se expor a terceiros com intenções erradas, principalmente no ambiente virtual. Há inúmeras quantidades de textos e imagens na internet, e deve-se estar atento quanto ao que apresentam (Luiz Warken, 2007).

Ao longo do tempo de sua discussão, a educação sexual é classificada como um tema que gera bastantes controvérsias, que, apesar do reconhecimento da importância de sua eficácia quanto à educação em saúde sexual e reprodutiva para a população, o tema é ainda considerado um tabu para a sociedade brasileira. Em muitas situações, há uma grande resistência da abordagem da educação sexual, principalmente nas escolas, pelos pais e por grupos conservadores que a enxergam como mecanismo que fere os princípios e valores tradicionais e os padrões morais. Além disso, houve tentativas de inibir a efetivação da educação sexual no campo político do cenário brasileiro.

No campo político, desde 2004, com o surgimento do movimento “Escola sem Partido”, aproximadamente 60 projetos de lei tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e casas legislativas objetivando impedir a doutrinação política e ideológica de alunos por parte de professores nas escolas (Furlanetto *et al.*, 2018, p. 554).

Apesar dos desafios, desde 1995, o Ministério da Saúde (MS) coopera na promoção da inclusão de temas relacionados à saúde sexual e saúde reprodutiva nas escolas. Instituído em 2007, o Programa Saúde na escola, que se trata de uma ação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação, busca o objetivo de integrar os serviços de saúde e educação para melhorar a qualidade de vida dos alunos e promover a prevenção de doenças e a promoção da saúde (BRASIL, 2011). Essa iniciativa, ao longo do tempo, perdeu o seu foco principal, porém, o Governo Federal em 2023 menciona a retomada do programa. Isso significa que a atenção da educação sexual no cenário brasileiro poderá voltar à discussão merecida.

Além disso, o Ministério da Saúde do Brasil publicou "Saúde e Sexualidade: Diretrizes Básicas para Educação Sexual nas Escolas", em 2017, que descreve os principais conceitos, objetivos e métodos de educação sexual. As quais visam a promoção a saúde sexual e reprodutiva e os direitos dos jovens, fornecendo informações sobre uma gama de tópicos, entre eles, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gênero e diversidade sexual, relacionamentos e consentimento (Brasil, 2017).

Por sua vez, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tenta promover iniciativas relacionadas à educação sexual, com inclusão da educação sexual nos currículos escolares, através da distribuição de materiais educativos sobre saúde sexual e reprodutiva e a realização de campanhas de conscientização sobre a importância da educação sexual no ambiente escolar.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas educacionais para a educação sexual a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, através de trabalhos de conclusão de curso apenas no repositório da UFPE (ATTENA).

3.2 Objetivos Específicos

- Cartografar trabalhos de conclusão de curso que trataram do tema na UFPE, nos cursos de ciências biológicas, educação física e serviço social;
- Cotejar os trabalhos sobre o tema com a legislação;
- Contextualizar criticamente as análises posteriores sobre a interface entre os trabalhos e a LDBEN.

4 METODOLOGIA

A pesquisa em questão adota uma abordagem qualitativa, que busca uma compreensão mais aprofundada do tema em pauta. Como observa Ribeiro (2000), é fundamental investir na pesquisa qualitativa nas universidades brasileiras, pois possui capacidade para tornar o processo acadêmico mais reflexivo e crítico. Essa investigação de fontes visa explorar e analisar estudos, teorias e pesquisas qualitativas relacionadas à educação sexual e às políticas educacionais, levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDBEN). Para a coleta de dados, foram aplicados critérios, como: seleção de trabalhos de conclusão de curso (TCC) apenas no Repositório de UFPE (ATTENA), os trabalhos selecionados são a partir do ano de 2021 até o ano de 2023, delimitados para o Estado de Pernambuco, e, para isso, utilizou-se os descritores “educação sexual”, “lei de diretrizes e bases da educação nacional” e “políticas públicas educacionais” para encontrá-los.

Assim, esse trabalho se trata de um levantamento bibliográfico com o objetivo de observar quais foram os resultados da abordagem dos últimos trabalhos publicados em relação aos temas “políticas públicas educacionais” e “educação sexual” em Pernambuco. E, através dessa abordagem, será possível verificar como os trabalhos selecionados discutem se a LDBEN satisfaz e trata a educação sexual como conhecimento necessário para o ensino básico, considerando as perspectivas dos autores. Destaca-se que, até para o próprio autor, a revisão de literatura é de bastante importância, uma vez que isso o fornece maior clareamento do seu objetivo e amplifica seu conhecimento acerca do assunto em abordagem (Moreira, 2004). Foram selecionados quatro TCCs, disponíveis no Repositório da UFPE (ATTENA). O primeiro foi produzido por um graduado em ciências biológicas, o segundo e terceiro por graduados em educação física e, por último, por uma graduada em serviço social. Assim, selecionando TCCs de diferentes áreas é possível oferecer uma abrangência maior para enriquecer a coleta de dados para atender à proposta do trabalho em pauta.

Para a organização dos dados, dois quadros foram devidamente construídos: o primeiro contém informações básicas dos trabalhos (autor, ano, objetivos e metodologia), enquanto o segundo traz uma avaliação crítica sobre a forma como os autores analisaram a efetividade da LDBEN frente à educação

sexual. A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando compreender os limites e possibilidades das políticas públicas educacionais em relação à abordagem da educação sexual no Brasil.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante reforçar que a pesquisa e a seleção de TCCs, de 2021 a 2023, permitem fornecer dados mais próximos da realidade da sociedade atual (2025), com informações mais atualizadas e de notória importância para a discussão nos capítulos posteriores.

A sistematização, em quadros, possibilita uma organização satisfatória, além de garantir transparência no processo de seleção. Os quadros permitem cruzar informações entre os TCCs e os debates teóricos desenvolvidos por eles, assim como suas convergências e divergências em relação ao tema em discussão. Por exemplo, ao agrupar trabalhos por ano, é possível observar a transformação metodológica ou a recorrência de temas relacionados à educação sexual e às políticas educacionais, ao longo do tempo.

Organizadamente, o quadro 1 apresenta os quatro TCCs selecionados, fundamental para sua análise ser bem satisfatória, por meio dos elementos:

- Autor(a);
- Título;
- Curso;
- Ano de publicação;
- Objetivo;
- Método.

Assim, por meios desses elementos, será possível compreender melhor a pesquisa e fornecer os dados adequadamente quanto às informações gerais dos TCCs analisados. Essa organização viabiliza uma compreensão integral dos trabalhos analisados e também estabelece uma base sólida para a interpretação posterior.

Quadro 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso analisados

Autor(a)	Título	Curso	Ano	Objetivo	Método
SILVA, Luciana Rodrigues Oliveira da	Aplicativos como ferramentas de apoio didático para o desenvolvimento do tema sexualidade na educação básica	Ciências biológicas	2021	Avaliar o uso de aplicativos digitais como ferramentas didáticas no ensino de sexualidade a alunos dos anos finais do ensino fundamental.	Pesquisa qualitativa em três etapas: pré-análise, exploração e avaliação de aplicativos.
SILVA, Ygor Inácio	Os estudos de gênero e sexualidade na formação e atuação de profissionais e professores de educação física no Brasil	Educação física	2021	Identificar a presença de estudos de gênero e sexualidade na formação e prática de professores de Educação Física.	Estudo qualitativo com revisão bibliográfica relacionando currículo, formação profissional e teorias de gênero.
CADETE, Aytala Bruna Barbosa	Educação Física e Educação Sexual: Uma Proposta de Conteúdos para o Novo Ensino Médio	Educação física	2022	Planejar disciplina eletiva de Educação Sexual no Novo Ensino Médio, com foco em sexualidade, saúde reprodutiva e autocuidado.	Revisão bibliográfica e análise de documentos normativos como a BNCC e legislações educacionais.
SALES, Tamiris Karine da Silva	Resistências e retrocessos na educação sexual durante o Governo Bolsonaro	Serviço social	2023	Analisar retrocessos e resistências à educação sexual emancipatória no governo Bolsonaro.	Estudo qualitativo com revisão bibliográfica e pesquisa documental (2019–2022).

Fonte: O autor (2025).

No que tange ao quadro 2, esse é responsável pela avaliação do autor em relação aos resultados encontrados após a análise dos TCCs. A intenção foi compreender como cada trabalho enxerga a efetividade da LDBEN diante da abordagem da educação sexual no contexto escolar. Para isso, considerou-se se os autores demonstram satisfação ou insatisfação quanto à presença (ou ausência) de diretrizes claras na legislação, além de identificar as possíveis lacunas apontadas nos próprios textos. Como sugerido no manual disponibilizado pela Uniesp (2017), evidencia-se que os quadros devem ser estruturados de forma clara e técnica dentro do trabalho científico.

Quadro 2 – Avaliação dos TCCs frente à LDBEN

Autor(a)	Ano	Avaliação quanto à efetividade da LDBEN para a educação sexual	Grau de Satisfação	Justificativa
SILVA, Luciana Rodrigues Oliveira da	2021	A autora aponta que os aplicativos digitais podem suprir lacunas deixadas pela ausência de diretrizes específicas na legislação, como a LDBEN.	Insatisfação	A LDBEN não fornece orientações claras para o uso da tecnologia como ferramenta de apoio à educação sexual.
SILVA, Ygor Inácio	2021	Conclui que a formação dos profissionais de Educação Física carece de bases legais e curriculares sólidas para abordar gênero e sexualidade.	Insatisfação	A ausência de normas legais objetivas (como na LDBEN) dificulta a atuação docente nas temáticas de diversidade e inclusão.
CADETE, Avtala Bruna Barbosa	2022	Sinaliza a necessidade de criar propostas complementares à LDBEN, como currículos e disciplinas específicas, para garantir uma educação sexual científica e segura.	Parcialmente satisfatória	A LDBEN é vaga, mas os PCNs e a BNCC são usados como base para propor alternativas concretas.
SALES, Tamiris Karine da Silva	2023	Critica o vácuo legal e o avanço de pautas conservadoras que reforçaram o controle sobre corpos e a sexualidade nas escolas, sem respaldo da LDBEN.	Insatisfação	A omissão da LDBEN diante de retrocessos nas políticas públicas compromete a garantia de uma educação sexual emancipadora.

Fonte: O autor (2025).

Com base nos dados dos TCCs, que podem ser localizados no Repositório da UFPE (ATTENA), produzidos por graduados nos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e Serviço Social, os autores são unânimes ao apontar a distância entre a teoria legal e a realidade escolar, desta forma, compreende-se que, embora a LDBEN proponha uma formação integral pautada em princípios éticos e no respeito à diversidade, os trabalhos analisados evidenciam que, na prática, a ausência de diretrizes claras em relação à educação sexual compromete a efetivação desses ideais.

A análise dos quatro Trabalhos de Conclusão de Curso evidencia uma percepção predominantemente crítica à atuação da LDBEN no que se refere à educação sexual no contexto brasileiro. Em todos os trabalhos, ainda que por diferentes ângulos, os autores apontam a ausência de diretrizes objetivas e claras na legislação como um obstáculo à implementação efetiva de práticas pedagógicas voltadas à educação sexual nas escolas.

A autora Silva (2021), por exemplo, sugere que ferramentas digitais podem ser incorporadas ao processo de ensino, desde que haja respaldo e planejamento pedagógico, o que não é garantido pela atual legislação.

Já Silva (2021) demonstra que os profissionais da Educação Física enfrentam dificuldades para tratar de gênero e sexualidade na prática docente, justamente por não terem uma formação sustentada por marcos legais consistentes.

A pesquisadora Cadete (2022) se mostra mais propositiva ao sugerir uma disciplina eletiva de Educação Sexual para o Novo Ensino Médio, fundamentada na BNCC e em documentos normativos, mas sua proposta surge como resposta à omissão da LDBEN, não como fruto dela.

Por fim, Sales (2023) oferece uma visão crítica e contextualizada ao período político recente, ressaltando que a falta de respaldo legal específico facilita retrocessos e censuras no debate sobre sexualidade, principalmente em políticas ligadas à diversidade de gênero.

Desse modo, os TCCs analisados reforçam a ideia de que, embora a LDBEN contemple princípios amplos como a formação integral do educando, a ausência de menção explícita à educação sexual permite interpretações restritivas, que impactam negativamente o cotidiano escolar, a formação docente e a proteção de direitos.

Segundo a perspectiva de Sartori (2022), a inexistência de uma lei específica sobre Educação Sexual (diferentemente de outros países) torna a LDBEN insuficiente para respaldar docentes, especialmente frente a pressões conservadoras que geram insegurança jurídica, ou seja, apesar de seu escopo amplo, a LDBEN apresenta uma lacuna significativa: a educação sexual não é tratada como um conteúdo curricular explícito ou obrigatório. Apesar dos progressos na promoção de uma educação que respeite a diversidade e a cidadania, a ausência de uma orientação específica sobre educação sexual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) perpetua um ambiente escolar onde o tema é tratado com superficialidade e resistência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos quatro TCCs devidamente analisados e avaliados, percebe-se uma grande preocupação dos autores em relação à ausência de diretrizes claras e objetivas sobre a educação sexual. Apesar da educação sexual ser reconhecida como um instrumento essencial para promover um processo de aprendizagem emancipatório na formação dos estudantes, de forma que eles consigam compreender questões biológicas de seu próprio corpo, os trabalhos apontam que muitas escolas ainda não tratam o assunto de forma adequada, ou seja, são despreparadas para uma abordagem efetiva. Segundo os autores, há algumas razões que provocam esse impasse: a falta de preparo dos professores, ausência de políticas públicas mais específicas, receio de reações negativas por parte dos pais e da comunidade e principalmente a carência de respaldo legal mais direto. Além disso, foi evidente nos trabalhos o destaque para a abordagem predominantemente biológica da educação sexual no ambiente escolar. Em muitas situações, temas como identidade de gênero, orientação sexual, relações afetivas e respeito à diversidade, são ignorados ou superficialmente abordados.

Portanto, os dados obtidos indicam que a LDBEN, apesar de estabelecer bases amplas e princípios fundamentais para a educação brasileira, ainda deixa lacunas quando se trata da efetivação da educação sexual como direito dos estudantes. Para superar essas limitações, é necessário que o tema seja tratado com maior clareza nas legislações e documentos oficiais, garantindo suporte para que educadores possam trabalhar a temática com segurança e responsabilidade. A educação sexual precisa ser valorizada como parte essencial da formação humana. A escola deve ser um espaço acolhedor, onde os estudantes possam aprender sobre seu corpo, seus sentimentos, suas escolhas e sobre o respeito ao outro. Para isso, além de políticas públicas mais bem definidas, é fundamental investir na formação docente e em materiais pedagógicos que contemplem a complexidade do tema de maneira acessível e adequada à realidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

BEDIN, R. C. **A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 46 p.: il. – (Série C. Projetos, programas e relatórios).

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018.

CADETE, Aytala Bruna Barbosa. **Educação física e educação sexual: uma proposta de conteúdos para o novo ensino médio**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47928>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CAVALCANTI, P. B.; LUCENA, C. M. F.; LUCENA, P. L. C. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil / Program Health in the School: interpellations on action of education and health in Brazil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 387–402, 2015.

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 35, p. 37–51, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2023.

COSTA, Rogério da. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2002.

FIORINI, J. S. Educação sexual na escola: currículo e práticas [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2020. 197 p. ISBN: 978-65-5954-006-8.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1996.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da; MARIN, A. H. **Educação sexual em escolas brasileiras**: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 550–571, 2018.

GARBARINO, M. I. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. **Cadernos Pagu**, n. 63, e216316, 2021.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. **Educação sexual no contexto familiar e escolar**: impasses e desafios. *HOLOS*, n. 5, p. 251–263, 2013.

LUIZ WARKEN, R. Internet, educação sexual e poder. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2007.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 03–16, 2019. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2019.v24i9.5702. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MAUÉS, Manuela Gomes *et al.* Políticas públicas e sua importância na garantia de uma educação de qualidade. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE BRASILEIRO. **Saúde e sexualidade**: orientações básicas para a educação sexual nas escolas. 2017.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico**: conceitos e estratégias para confecção. *Janus, Lorena*, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004.

NASCIMENTO, Cardinale Soares da Fonseca. A educação sexual na perspectiva da educação inclusiva. **Humanas em Perspectivas**, v. 11. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51249/hp11.2024.2301>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RIBEIRO, O. M. Por que investir em pesquisa qualitativa?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 197, 1 jan. 2000.

SALES, Tamiris Karine da Silva. **Resistências e retrocessos na educação sexual durante o Governo Bolsonaro**. 2023. 66 f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharelado em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52087>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SARTORI, T. L. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: Marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, n. 00, p. e022001, 2022. DOI: 10.30715/doxa.v23i00.15558. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Luciana Rodrigues Oliveira da. **Aplicativos como ferramentas de apoio didático para o desenvolvimento do tema sexualidade na educação básica.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50236>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, Ygor Inacio. **Os estudos de gênero e sexualidade na formação e atuação dos profissionais de educação física no Brasil.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42292>. Acesso em: 26 ago. 2023.

UNIESP. **Metodologia da pesquisa científica:** organização estrutural e... Uniesp, [s.d.]. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.